

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO FUNDAMENTAL: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ATRAVÉS DA LÍNGUA DE SINAIS PARA CRIANÇAS OUVINTES

BILINGUAL EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOL: LANGUAGE ACQUISITION PROCESS THROUGH SIGN LANGUAGE FOR HEARING CHILDREN

LA EDUCACIÓN BILINGÜE EN LA ENSEÑANZA PRIMARIA: PROCESO DE ADQUISICIÓN DEL LENGUAJE A TRAVÉS DE LA LENGUA DE SEÑAS PARA NIÑOS OYENTES

Gabriele Maria Kichijanowski¹

Vanessa Aparecida Carvalho Moreira Pacheco²

Alícia Karen Santana Rolim³

Leonardo da Silva Taveira⁴

Resumo

A pesquisa deste trabalho foi conduzida por meio da leitura e análise de livros e artigos científicos, servindo como base documental e bibliográfica. O objetivo era explorar, incluir e integrar a educação bilíngue com o ensino da Língua Brasileira de Sinais no ensino fundamental, especificamente nos anos iniciais das escolas. O propósito era analisar as ideias e opiniões dos autores sobre o tema, estabelecendo uma correlação entre as diferentes fontes. A educação bilíngue visa proporcionar a formação dos educandos como cidadãos e incorporar o ensino de uma segunda língua ao currículo, em vez de se concentrar apenas no ensino de uma língua estrangeira. Além disso, a aprendizagem de uma língua adicional no contexto da atual globalização representa, entre outras questões, uma maior acessibilidade à diversidade cultural e ao multilinguismo com o qual nos deparamos constantemente. A partir dos estudos realizados, torna-se evidente que a inclusão e integração da Libras desempenham um papel significativo na promoção do conhecimento e da comunicação dessa língua para os ouvintes em interação com os surdos. Nessa perspectiva, é possível observar que a introdução de uma segunda língua desperta o interesse dos alunos, e a disponibilidade desse tipo de ensino nas instituições escolares representa um impacto positivo na educação e no desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos nesse processo.

Palavras-chaves: Libras; acessibilidade; currículo; legislação.

Abstract

The research for this study was based on a review of the literature. The aim was to explore, include, and integrate bilingual education with the teaching of Brazilian Sign Language (Libras) in elementary school, specifically in the early years. The purpose was to analyze the ideas and opinions of authors on the subject, establishing a correlation between different sources. Bilingual education aims to provide students' education as citizens and incorporate the teaching of a second language into the curriculum, rather than focusing solely on foreign language instruction. Additionally, learning an additional language in the context of today's globalization represents, among other things, greater access to the cultural diversity and multilingualism that we encounter every day. From the studies conducted, it becomes evident that the inclusion and integration of Libras play an important role in promoting the knowledge and use of Libras for hearing people interacting with deaf people. In this perspective, it can be observed that the introduction of a second language arouses students' interest, and bilingual education has a positive impact on the education and development of all students involved in this process.

Keywords: Libras; accessibility; curriculum; legislation.

Resumen

¹ Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: gabrielemariak@hotmail.com

² Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: vanessapacheco664@gmail.com

³ Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: aliciarolim19@gmail.com

⁴ Professor no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: leonardo.ta@uninter.com

La investigación de este trabajo fue conducida por medio de la lectura y análisis de libros y artículos científicos, sirviendo como base documental y bibliográfica. El objetivo era explorar, incluir e integrar la educación bilingüe con la enseñanza de la Lengua Brasileña de Señas en la enseñanza primaria, específicamente en los años iniciales de las escuelas. El propósito era analizar las ideas y opiniones de los autores sobre el tema, estableciendo una correlación entre las distintas fuentes. La educación bilingüe busca proporcionar la formación de los educandos como ciudadanos e incorporar la enseñanza de una segunda lengua al currículum, en lugar de concentrarse solo en la enseñanza de una lengua extranjera. Además, el aprendizaje de una lengua adicional en el contexto de la actual globalización representa, entre otras cuestiones, una mayor accesibilidad a la diversidad cultural y al multilingüismo con el cual nos enfrentamos constantemente. A partir de los estudios realizados, se vuelve evidente que la inclusión e integración de la Libras desempeñan un papel significativo en la promoción del conocimiento y de la comunicación de esa lengua para los oyentes en interacción con los sordos. En esa perspectiva, es posible observar que la introducción de una segunda lengua despierta el interés de los alumnos, y la disponibilidad de ese tipo de enseñanza en las instituciones escolares representa un impacto positivo en la educación y en el desarrollo de todos los estudiantes involucrados en ese proceso.

Palabras clave: Libras; accesibilidad; currículum; legislación.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a história dos surdos em diferentes épocas da história e as mudanças ocorridas até os dias atuais. Pretende-se, ainda, abordar o contexto acerca da educação bilíngue no Ensino Fundamental, com o intuito de promover a expansão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas e no meio social.

A Constituição Brasileira defende que disponibilizar uma educação de qualidade é dever do Estado e responsabilidade da família. Ao analisar esse documento, entende-se que a adoção de um ensino bilíngue em todas as etapas do ciclo escolar é bastante interessante, pois essa abordagem não apenas amplia o vocabulário dos estudantes, mas também promove a acessibilidade, especialmente para a comunidade surda na sociedade. Quando a Libras é difundida para todos os indivíduos, facilita a integração dessa comunidade.

A educação em nosso país apresenta um quadro de déficit significativo de profissionais especializados em Libras, fato esse que dificulta a acessibilidade e o conhecimento dos alunos, comunidade escolar e sociedade em geral. Percebe-se que apenas uma pequena parcela das pessoas tem contato com a Libras, e, dentre estes, uma parcela ainda menor são fluentes. Dos que estão habituados com a Libras, podemos citar familiares, amigos e profissionais que convivem com pessoas surdas ou acadêmicos que ingressam no ensino superior, em cursos de licenciatura, e aprendem o básico sobre a língua na grade curricular de seu curso.

O estudo de uma segunda língua faz parte do currículo da educação básica no Brasil, obrigatoriamente a partir do ensino fundamental nos anos finais, quando nessa fase é incluída a Língua Inglesa na grade das instituições de ensino, oportunizando aos estudantes o acesso direto e efetivo a uma segunda língua (L2). As escolas públicas e privadas reforçam a ideia de

que é necessário que o aluno aprenda uma língua diferente da língua materna, de modo a expandir seus conhecimentos.

Existe ainda, no Brasil, uma segunda língua de sinais que é muito pouco conhecida e mencionada, criada e usada na comunicação de algumas comunidades indígenas como a da tribo Urubu-Ka'apor, que é patrimônio cultural brasileiro. Reforça-se com a adoção e a difusão dessas línguas no currículo da educação básica, uma maior valorização da cultura nacional. Com essa disseminação realizada pelas instituições escolares, elas recebem o reconhecimento devido da sua importância para a cultura e história deste país.

2 Metodologia

As escolas, em sua grande maioria, não possuem a Libras como uma disciplina em sua grade curricular. Neste sentido, é importante que os educadores junto às famílias que tem pessoas surdas inseridas no contexto educacional lutem pela educação bilíngue no ensino fundamental, de modo que incluam a Libras como uma disciplina obrigatória no currículo. Nesse sentido, seria de responsabilidade do Estado oferecer profissionais capacitados para trabalhar com a Libras, proporcionando, assim, o conhecimento e expandindo desse modo a língua a todos os educandos.

As pesquisas que orientam os artigos científicos são embasadas em qualitativas e quantitativas. A primeira diz respeito a compreender e analisar os resultados, a fim de refletir sobre a subjetividade e a importância das informações oriundas do processo de investigação de um determinado assunto. Já o segundo tipo de pesquisa diz respeito a trabalhos realizados com a obtenção e coleta desses dados, que permitem entender e comparar como a temática pode ser abordada e discutida por meio de perguntas norteadoras, por exemplo, que servem de eixo base para os estudos desenvolvidos.

Este trabalho está fundamentado na perspectiva da pesquisa qualitativa, que, como mencionado anteriormente, desempenha um papel fundamental na coleta de informações e dados específicos. Entendemos que é por meio desse tipo de investigação que a busca por conhecimentos mais aprofundados ocorre, proporcionando o embasamento teórico necessário para a elaboração do artigo apresentado aqui. Isso é realizado através da análise e levantamento de referências teóricas, como livros e artigos científicos, a fim de conhecer e analisar as ideias e opiniões dos autores sobre o tema, estabelecendo uma correlação entre ambos.

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte

de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve (Godoy, 1995, p. 58).

Estas referências orientam o uso de metodologia de ensino bilíngue na educação, a fim de que o ensino auxilie e beneficie tanto os alunos surdos quanto os ouvintes, para proporcionar um melhor aprendizado no ambiente escolar.

Como será amplamente debatido nesse texto, os resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas defendem que a inserção da educação bilíngue em todas as instituições escolares que atuam no nível básico é bastante interessante tanto a nível de ampliação do conhecimento dos discentes, que ao se tornarem fluentes em uma segunda língua, tornam-se indivíduos mais críticos e reflexivos acerca da relevância de se construir um mundo acessível, tanto quanto para a acessibilidade que esse tipo de conteúdo possibilita. “Ainda, do ponto de vista metodológico, acredita-se que a melhor possibilidade para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro.” (Chueke; Lima, 2012, p. 65) Colocar-se no lugar do outro é indiscutivelmente importante para a formação do ser humano integral.

3 História dos Surdos

Em toda a história da humanidade, pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência ou dificuldade eram excluídas do convívio coletivo e impedidas até de exercerem seus direitos como cidadãos justamente por terem limitações e diferenças de necessidades das pessoas ditas normais. Podemos perceber esses acontecimentos ao longo de diversos momentos, desde os primórdios até os dias atuais.

Na Antiguidade, mais precisamente durante o período Greco-Romano, que se estendeu até o século V, após a queda do Império Romano, encontramos as primeiras menções às formas de tratamento dispensadas às pessoas com deficiência. Essa época ficou conhecida como o período de extermínio, pois as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram condenadas à morte. Um dos fatores que contribuíram para esse massacre foi a valorização do corpo perfeito e forte, com habilidades para a guerra, pelo povo da época. Qualquer pessoa que não se encaixasse nesse padrão era considerada sub-humana e não era vista como útil para a vida em sociedade.

A Igreja desempenhou um papel significativo no pensamento da Idade Média. Nesse período, as pessoas com deficiências físicas e mentais eram frequentemente consideradas como possuídas e, conseqüentemente, eram condenadas à execução. A população, influenciada pela

instituição religiosa, acreditava que o nascimento de pessoas com deficiência em suas famílias era um castigo divino. Além disso, a Igreja sustentava a ideia de que a voz e a audição eram a única e verdadeira forma pela qual Deus e o homem poderiam se comunicar. Por esse motivo, os surdos foram marginalizados e impedidos de receber uma educação formal, pois acreditava-se que o desenvolvimento das pessoas dependia exclusivamente da linguagem oral articulada. Quando esta habilidade estava ausente, acreditava-se que não havia possibilidade de ensiná-los.

Ainda na história recente da humanidade, o extermínio em massa dessa população continuou a acontecer. Durante o holocausto, uma vez que a pessoa apresentasse algum tipo de deficiência, inclusive a surdez, ela não tinha direito à vida e não eram reconhecidas como seres humanos, além de serem vítimas de uma concepção equivocada que vinculava a surdez à falta de inteligência. O nazismo sustentava a crença de que pessoas com deficiências físicas e mentais eram consideradas inúteis e representavam uma ameaça à pureza genética, sendo, portanto, consideradas indignas de viver. Segundo Hitler, os tempos de guerra eram os mais apropriados para eliminar os doentes incuráveis. Por esse motivo, durante a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945, testemunhou-se um aumento significativo no número de mortes de pessoas com essas características.

No contexto da surdez, na metade do século XIX, a língua de sinais foi reconhecida como uma forma eficaz de comunicação para surdos com pessoas ouvintes. Além disso, essa forma de comunicação abriu espaço para que professores surdos pudessem trabalhar e colaborar nas práticas educativas das escolas. No entanto, logo após o oralismo voltou a predominar “Os surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos. Vários estudos têm apontado a difícil relação dos surdos com a língua oral majoritária e com a sociedade ouvinte” (Gesser, 2009, p. 25). Ainda segundo Gesser (2009, p. 26), as escolas proibiram o uso da língua de sinais, obrigando-os a serem oralizados e fazerem leitura labial, neste contexto não havia mais espaços para os professores surdos, pois, sob a nova visão, professores ouvintes seriam a melhor opção para os educandos.

Em 1880, ocorreu o Congresso de Milão, composto por educadores em sua maioria pessoas ouvintes, a fim de determinar os rumos da educação das pessoas surdas. Com as deliberações do congresso, foi determinada a proibição das línguas de sinais, já que na época se acreditava na superioridade da língua oral, sendo a língua gestual um retrocesso na evolução da linguagem “[...] em função do impacto mundial de sua decisão em favor das filosofias e métodos oralistas a qualquer custo, afetou a educação dos surdos em todas as partes do mundo” (Gesser, 2009, p. 38).

Com isso, as pessoas surdas passaram a ser escravizadas diante dos princípios do oralismo, e muitas vezes os indivíduos tinham suas mãos atadas para não se comunicarem visualmente, sendo obrigados a se manifestar oralmente. Além disso, o oralismo foi estabelecido como metodologia oficial do ensino para alunos surdos. Porém, com as diversas mudanças ocorrendo em todo mundo diante do uso da língua de sinais, o país começou a ter uma nova ótica a respeito dos surdos.

Como os Surdos dependiam do aprendizado da fala para serem integrados ao ensino comum, e a maioria não obtinha sucesso em sua reabilitação oral, acabavam por não desenvolver uma forma de comunicação sistematizada. Do mesmo modo, como as metodologias de alfabetização priorizavam relações entre letras e sons, tampouco aprendiam a escrever (Fernandes, 2012, p. 62).

Diante de tais situações, a comunidade surda sentiu a necessidade de criar o movimento surdo com o intuito de buscar igualdade de direitos, reconhecimento social e jurídico que lhes havia sido historicamente negado. Tinham como objetivo demonstrar que a perda auditiva está ligada a um fato secundário, e mostrar que é possível estabelecer vínculos com a sociedade por meio da comunicação visual, ou seja, por meio da língua de sinais “[...] devemos entender que sinais não são gestos. [...] Assim, é correto afirmar que as pessoas que falam língua de sinais expressam sentimentos, emoções e quaisquer ideias ou conceitos abstratos.” (Gesser, 2009, p. 23).

Apenas nas últimas décadas, tais práticas foram fortemente rejeitadas e foi feita uma tentativa de reparar os erros do passado, com a criação de novas metodologias para educação da comunidade surda, para diminuir os impactos das decisões catastróficas do Congresso de Milão. A língua de sinais oferece a possibilidade de transformar a anormalidade tida naquela época como diferença, aproximando os surdos da normalidade. Para eles, a surdez não é uma deficiência e sim uma diferença, pois eles não se veem como deficientes, mas como um grupo linguístico e culturalmente diverso.

Pessoas não surdas costumam atribuir a diferença dos Surdos a um aspecto negativo: o não ouvir e o não falar. Já na visão dos Surdos, o que os diferencia é o fato de utilizarem a língua de sinais, um idioma diferente daquele que é usado pela maioria (Fernandes, 2012, p. 51).

É importante salientar, ainda, que o foco do movimento dos surdos é gerar uma mudança na terminologia de referência de grupo. Esses indivíduos reivindicam seus direitos para serem referenciados como “surdos” e não deficientes auditivos, porque para eles a palavra “deficiente” está ligada a uma doença incurável, uma limitação. Atualmente, com a luta por seus direitos,

foram criadas comunidades surdas, em que cada país tem sua própria língua de sinais, o que facilitou a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes na sua nacionalidade.

Após analisar os eventos que demonstram como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da história em um contexto global, as próximas pesquisas se concentrarão no cenário brasileiro, com ênfase na surdez. Investigaremos como essas pessoas eram reconhecidas em nosso país, quando seus direitos começaram a ser percebidos e como a Língua de Sinais Brasileira surgiu, sendo um dos temas centrais deste artigo.

3.1 O Surgimento da LIBRAS

As discussões sobre a criação de uma Língua Brasileira de Sinais tiveram início no Brasil em 1855, com o educador francês Eduard Huet. Em junho do mesmo ano, ele entregou um relatório, escrito em francês, ao Imperador Dom Pedro II, no qual expressava sua intenção de estabelecer uma escola para surdos em nosso país. O documento apresentava propostas para que o governo apoiasse a criação da instituição, uma vez que a maioria dos surdos era proveniente de famílias pobres e, portanto, não tinha recursos para custear esse tipo de educação.

A origem da LIBRAS está intimamente ligada ao processo de escolarização dos surdos, e mesmo que nas instâncias educacionais a língua legítima dos surdos tenha sido banida em muitos momentos, os surdos sempre a utilizaram entre si (Gesser, 2009, p. 38).

Com o passar do tempo, essas discussões foram se ampliando, quando em meados do século XX, o país ainda não possuía uma política educacional sistematizada para cidadãos surdos. Somente a partir da Nova República (1985 até os dias atuais), que a comunidade surda conquistou um importante direito. Em 24 de abril de 2002, foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei nº 10.436, que determinava que a Libras deveria ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. A mesma lei ainda obriga que o Estado deve disponibilizar meios de forma que o uso e a difusão da Libras sejam ampliados no Brasil.

Atualmente, no dia 26 de setembro, é reconhecido como o Dia Nacional do Surdo. Essa data comemorativa surgiu em consideração ao dia de fundação do Ines, em 1857. No mesmo mês, ainda é comemorado o Dia Internacional das Línguas de Sinais, data essa determinada pelas Nações Unidas (ONU), em comemoração à fundação da Federação Mundial dos Surdos.

4 Formação de Professores

A Libras ainda é pouco difundida no Brasil, e apenas uma pequena parcela da sociedade tem acesso a ela. Entre esses, a população que possui algum tipo de perda auditiva utiliza a Libras para se comunicar. Além disso, por parte da comunidade ouvinte, a maioria das pessoas que busca esse conhecimento são amigos e familiares próximos desses indivíduos, buscando uma forma de comunicação. No entanto, há também uma pequena parte da população que adquire esse conhecimento básico por meio dos cursos de licenciatura.

Os cursos de licenciatura do Brasil têm considerado os cursos para a formação de professores de disciplinas específicas, para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como o curso de Pedagogia, que forma o professor para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental [...] (Romanowski, 2012, p. 78).

De acordo com Fernandes (2012), a regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como forma de comunicação para pessoas surdas, juntamente com o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório o ensino da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia, ampliou o alcance da língua de sinais para diversos segmentos sociais. Além disso, preparou futuros educadores para as formas alternativas de comunicação e interação.

Nesse contexto, podemos analisar o processo de formação inicial do professor de educação básica. Primeiramente, é necessário obter uma graduação em Pedagogia, como mencionado anteriormente. Durante essa formação, o futuro professor terá acesso à disciplina de Libras, que geralmente é abordada de forma básica. No entanto, essa formação básica já o habilita a lecionar as disciplinas curriculares previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos anos iniciais de ensino. “Agregam-se a essa relação os conhecimentos específicos das disciplinas escolares, os conhecimentos pedagógicos e os conhecimentos a prática pedagógica, articulando o conhecimento local com o universal.” (Romanowski, 2012, p. 20).

Ao analisar esse contexto, é possível afirmar que um professor que não possui especialização em áreas específicas não está apto a desempenhar as funções de um profissional que tenha recebido tal especialização. Por exemplo, um professor que não tenha se especializado em Libras não é capaz de realizar as atividades típicas de um instrutor ou intérprete de Libras, uma vez que não possui o conhecimento necessário. Em sua formação inicial, esse assunto foi abordado de maneira superficial, muitas vezes apenas para atender aos requisitos legais, resultando em uma falta de fluência adequada na Libras.

Dentro da formação de profissionais bilíngues, existem várias modalidades, das quais destacaremos duas. A primeira delas é a formação do professor ou instrutor de Libras. Para se tornar um professor de Libras, é necessário possuir uma graduação em Letras/Libras ou passar por uma formação de nível médio. No segundo caso, o candidato deve completar cursos profissionalizantes reconhecidos pelo Ministério da Educação, bem como cursos de extensão universitária reconhecidos pelas secretarias de educação. Além disso, é necessário realizar o exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Prolibras), que certifica a competência do indivíduo no uso, ensino, tradução e interpretação da língua de sinais. A segunda modalidade é a formação de intérpretes. Para se tornar um intérprete, é necessário ter uma graduação em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa ou completar uma formação de nível médio e obter o certificado Prolibras emitido pelo Ministério da Educação (MEC).

Segundo a Lei nº 12.319/2012, em relação às atribuições referentes aos cargos, observa-se que o trabalho do professor instrutor e intérprete é mediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes através da Libras e o português em ambientes diversos como escolas e universidades, por exemplo. Já o professor da educação básica é responsável por ministrar aulas, efetuar registros burocráticos e pedagógicos, planejando o desenvolvimento da comunicação, integração social e a aprendizagem de seus alunos.

Como podemos observar, a formação desses dois profissionais é distinta, tornando impossível que um professor apenas com a licenciatura esteja qualificado para lecionar essa disciplina em sala de aula. Para que a educação bilíngue dos alunos ocorra de maneira eficaz e significativa, é de extrema importância a contratação de um profissional qualificado para essa função. Isso está em consonância com o que ocorre em escolas para outras disciplinas, como Educação Física, Artes e até mesmo o Inglês, onde os profissionais precisam possuir uma formação específica para ministrar tais matérias. Da mesma forma, essa abordagem deve ser aplicada à disciplina de Libras.

Torna-se necessário redimensionar as formas de relações sociais estabelecidas no interior da escola, buscando-se relações sociais mais coletivas e solidárias que favoreçam a produção e a sistematização de novos conhecimentos. As formas de relacionamento são elementos-chaves do processo. Por meio de relações sociais cooperativas, coletivas, passa-se a ter uma nova relação com o conhecimento. Isso possibilita ao professor começar a criar, a produzir coletivamente (Martins, 2012, p. 72).

Ao incluir a disciplina de Libras no ambiente escolar junto a professores especializados, é essencial que eles promovam mudanças no contexto social, visando formar cidadãos

conscientes e proporcionar uma aprendizagem significativa para todos os estudantes. Isso também deve despertar o interesse dos alunos ouvintes em continuar seus estudos no futuro, estimulando o ensino da Libras e o contato com a comunidade surda.

Ainda persiste a necessidade de oferecer formação continuada aos professores, para que possam atualizar suas metodologias e proporcionar uma educação bilíngue eficaz para surdos e ouvintes no ambiente escolar. Isso contribuirá para a transformação em uma educação de qualidade, oferecendo uma aprendizagem significativa para todos os envolvidos.

5 A Educação Bilíngue nos Anos Iniciais: Aquisição da Linguagem/Língua da Criança Ouvinte

A linguagem é vista como uma comunicação no meio social. Assim, à medida que a criança se desenvolve, ela também vai aprimorar a sua linguagem. Nos seus primeiros anos de vida, ela se comunica através de sons e gestos, para demonstrar seus desejos, vontades e desconfortos. Conforme seu crescimento, ela começa a desenvolver a sua Língua Materna (L1), conforme ouvida e utilizada com mais frequência pelas pessoas do seu convívio. Com o tempo, a criança estabelece significados para as palavras com melhor valor referencial, como, por exemplo, a palavra mamãe. A criança pronuncia a palavra com menor valor sonoro e de pouco entendimento (ma, mama) e, conforme cresce, as palavras já podem ser compreendidas, sendo reconhecidas com mais eficácia para sua função comunicativa, estabelecendo relação entre a palavra e seu significado. Desse modo, a criança passa a reconhecer a língua da realidade em que está inserida.

Ao fazer uma relação com a teoria de Lev Vygotsky em relação à linguagem da criança, percebe-se em seus estudos uma relação entre a linguagem e o pensamento. De acordo com ele, primeiramente a criança aprende a se comunicar com gestos até obter o domínio da língua. O pensamento surge através dessa relação com língua e ao se pronunciar uma palavra, a criança deve se remeter ao seu real significado, e não apenas a palavras vazias. Vygotsky afirma que os dois possuem uma interdependência, pois o pensamento é determinado pela linguagem.

O desenvolvimento do pensamento e da linguagem depende dos instrumentos de pensamento e da experiência sociocultural da criança. Basicamente, o desenvolvimento da linguagem interior depende de fatores externos: o desenvolvimento da lógica na criança [...] é uma função direta de sua linguagem socializada. O desenvolvimento do pensamento da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem (Vygotsky, 2001, p. 148-149).

Para Vygotsky, a criança se apropria da linguagem interagindo com o outro, e é por meio da socialização que o desenvolvimento da aquisição da linguagem acontece. Nesse

sentido, a aquisição da linguagem oral, segundo ele, é importante para a criança, pois possibilita controlar suas ações e ainda é vista como um instrumento para a interação entre os indivíduos. À medida que o ser humano vai se desenvolvendo, conhecendo e dando significados reais para as palavras, fornece a capacidade de uma melhor comunicação. “As interações da criança com as pessoas de seu ambiente desenvolve-lhe, pois, a fala interior, o pensamento reflexivo e o comportamento voluntário” (Vygotsky, 1984, p. 101).

As pessoas são aprendizes da língua desde os primeiros anos iniciais até sua vida adulta, tornando-a cada vez mais variada e complexa. Ao analisar essa questão, percebe-se como a inserção de uma segunda língua (L2) pode se tornar possível e os indivíduos podem adquirir habilidades na aprendizagem da Libras, tendo a oportunidade de aprender a língua de sinais e poder se comunicar com pessoas surdas.

A língua é a forma que usamos para nos comunicar. Exatamente por esse motivo, ela pode se manifestar de muitas formas, sendo a língua brasileira de sinais um exemplo concreto dessa diversidade. A maneira pela qual ela está estruturada é distinta de línguas orais, por exemplo, e a inserção dela no currículo seria um diferencial educacional, pois ampliaria a possibilidade com a qual as crianças se comunicam nos ambientes escolares, e, logo, na sociedade em geral. Para Vygotsky, a aprendizagem requer uma interdependência de todos os envolvidos no processo, incluindo o discente que aprende, o docente que ensina e a relação entre ambas as partes.

5.1 Acessibilidade

Acessibilidade é a palavra-chave no contexto educacional, pois é na escola que as diferenças se encontram. O docente, ao realizar sua formação inicial tem contato, mesmo que superficialmente, com todas essas características que pode se deparar na realização do seu trabalho nos ambientes escolares. Nessa fase, o futuro profissional estuda a língua brasileira de sinais muito pouco, não ao ponto de se tornar fluente como seria o correto, assim como os outros aspectos de dificuldades e distúrbios também não são aprofundados durante a graduação, ocorrendo somente na formação continuada ou pós-graduações.

Ao ingressar na sala de aula, o professor frequentemente se depara com desafios ao lidar com alunos com necessidades especiais de inclusão. Muitas vezes, é necessário possuir um conhecimento mais amplo do que o fornecido durante a formação acadêmica. Em alguns casos, por meio de estudos e trocas de experiências, o docente pode conseguir trabalhar de forma mais eficaz com o aluno em sua singularidade. No entanto, no caso de alunos surdos, proporcionar

uma educação de qualidade é viável somente com a assistência de um profissional devidamente qualificado. Esse profissional age como um mediador entre o professor e o aluno, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja inclusivo e eficaz.

Pela inexperiência e despreparo, práticas espontaneístas e intuitivas são adotadas, em que o professor se furta ao exercício de seu papel prioritário de mediador na relação ensino-aprendizagem, criando-se a ilusão de que a disponibilização de recursos específicos seja suficiente para superar barreiras de acesso ao conhecimento escolar. (Fernandes, 2013, p. 96)

"Alguns distúrbios têm uma vasta e extensa literatura disponível para consulta e estudo, tanto em formatos digitais quanto em meios físicos. No caso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), entretanto, a situação é um pouco mais complexa, pois ela é uma língua que não pode ser compreendida com fluência de forma rápida. Para dominar a Libras, é necessário um estudo aprofundado e muita prática para compreendê-la em sua totalidade. Além disso, o contato com a comunidade surda desempenha um papel fundamental no aprendizado dessa língua de sinais. Segundo Mazzota (2008 *apud* Fernandes, 2013, p. 98):

Acreditamos que a concretização da educação escolar poderá ser melhor se utilizar diferentes auxílios e serviços educacionais, que venham de fato atender bem as necessidades dos alunos. Isso é melhor do que colocá-los em uma única, esplêndida e especialíssima escola, mas onde todos fiquem sem as competentes respostas às suas necessidades básicas de aprendizagem para uma vida digna e feliz.

Analisando esses aspectos, é possível concluir que um professor que não é fluente em Libras, como a maioria dos profissionais de educação que atuam nas instituições escolares atualmente, não está apto a receber um aluno surdo ou a adquirir fluência em um curto período para ensiná-lo. Portanto, é essencial contar com profissionais especializados em toda a rede educacional. Diante dessa situação, a implementação de um processo educacional com foco bilíngue possibilita que todo o ambiente escolar tenha conhecimento de Libras, o que melhora a aprendizagem e a comunicação entre todos.

Por este processo de educação linguística da comunidade escolar estar em construção, já que demanda uma série de ações a longo prazo, é fundamental que algumas estratégias metodológicas e de organização do ambiente sala de aula, sejam utilizadas para facilitar a interação/comunicação entre todos (Fernandes, 2012, p. 108).

Neste contexto, é crucial considerar a criação de ambientes educacionais que atendam às necessidades de todos os alunos, sejam eles comuns ou com necessidades especiais, de forma a proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva. Para alcançar esse objetivo, é necessário

realizar alterações no currículo escolar da educação básica, de modo que, ao ingressarem nas escolas, todos os estudantes encontrem um ambiente acessível.

Essa acessibilidade não depende apenas dos professores, mas também dos colegas. Quando os estudantes aprendem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a compreendem, esse conhecimento pode ser utilizado ao longo de suas vidas. Com o tempo, podem aprimorar seu domínio dessa língua, contribuindo para sua difusão em todo o país. Isso despertará o interesse pela Libras e ajudará a incluir a comunidade surda em várias áreas da sociedade.

5.2 Currículo

O primeiro contato de uma criança com uma segunda língua geralmente acontece na escola, de acordo com as diretrizes da BNCC. No entanto, a legislação brasileira estabelece como obrigatório o ensino de uma Segunda Língua Estrangeira (L2) a partir do sexto ano, ou seja, no ensino fundamental nos anos finais.

A maioria das escolas que oferecem o Ensino Fundamental I (anos iniciais) costuma incluir o inglês em sua grade curricular como segunda língua. Isso ocorre porque o inglês é uma disciplina que os alunos terão obrigatoriamente no Ensino Fundamental II, e é considerada a base para a preparação de conhecimentos necessários para essa próxima etapa de ensino. Portanto, muitas escolas optam por introduzir o ensino do inglês desde cedo. No entanto, algumas escolas fazem uma escolha diferente e optam por ensinar uma língua estrangeira distinta, levando em consideração que os alunos terão contato com o inglês nos anos subsequentes de ensino.

Como mencionado anteriormente, a legislação brasileira aponta que o ensino de uma segunda língua deve ser trabalhado com os educandos desde os anos iniciais de ensino, mas não necessariamente o ensino de uma língua estrangeira. Nesse contexto, o presente trabalho sugere que a Libras seja adotada oficialmente como segunda língua a ser ensinada nas redes municipais de educação do Ensino Fundamental I. Nesse contexto, a própria legislação reconhece a Libras como a segunda língua oficial do país, sendo totalmente viável a sua aplicação dentro do ambiente escolar e uma importante ferramenta para a difusão da mesma e a integração entre surdos e ouvintes acontecerem. “Diante disso, as principais mudanças no currículo da escola dizem respeito à garantia da acessibilidade da comunicação, oportunizada pela interação e pelo acesso ao conhecimento.” (Fernandes, 2012, p. 106).

O primeiro passo proposto para alcançar essa efetivação é uma mudança no currículo escolar. Deve-se substituir o ensino de línguas estrangeiras pelo ensino de Libras. Isso requer a

implementação de práticas escolares que envolvam uma reflexão sobre os conteúdos, objetivos, metodologias e formas de avaliação. Além disso, essa mudança deve valorizar nossa própria cultura e servir como uma estratégia para integrar os estudantes ouvintes à comunidade surda.

Elaborar um currículo [...] é compreender a organização escolar como um instrumento que deve auxiliar na estruturação social e cultural. É perceber que a escola é parte integrante da sociedade e não uma instância dissociada da vida real e possuidora de propósitos insignificantes aos interesses coletivos. É disponibilizar aos educandos conhecimentos para que possam atuar como cidadãos conscientes de seu papel, cujos direitos e deveres são iguais a todos. Por isso, entender o significado, a importância e o poder político na constituição de um currículo se torna fundamental para o educador (Lima; Zanlorenzi; Pinheiro, 2012, p. 100).

A proposta de metodologia para o ensino bilíngue de crianças ouvintes não seria tão distinta da utilizada com outras disciplinas. Durante os cinco anos do Ensino Fundamental I, a criança avança por diferentes conteúdos de acordo com seu desenvolvimento. À medida que progride para a série seguinte, os níveis de dificuldade dos conteúdos aumentam. O mesmo princípio se aplicaria às aulas de ensino de Libras. Com o objetivo de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, propõem-se alguns recursos de apoio para serem utilizados em sala de aula. Isso inclui filmes com histórias infantis em Libras, a prática de contar histórias em Libras e o uso de músicas em Libras como estratégias de ensino.

Em relação ao conteúdo, seria inicialmente interessante conscientizar os estudantes sobre as deficiências por meio de fotos, vídeos e livros, com o objetivo de sensibilizá-los em relação às diferenças. Nos anos iniciais, é possível trabalhar com conteúdos mais simples e adequados à idade, como os sinais do alfabeto, nomes, sinais de frutas, profissões e objetos. Nos anos finais, pode-se abordar a posição correta das mãos e frases mais complexas, de modo que os estudantes adquiram um conhecimento básico sobre o funcionamento da Libras e os sinais utilizados para a comunicação com a comunidade surda.

A organização de um currículo enfrenta novas demandas sociais, que estão vinculadas à inclusão e à participação ativa de todos os cidadãos. Portanto, não devemos apenas priorizar a aquisição de informações, mas também o desenvolvimento de várias dimensões de cada indivíduo, permitindo que eles se reconheçam como participantes ativos na sociedade. Isso requer transformações em todo o contexto escolar, considerando todas as pessoas envolvidas, e a criação de medidas educacionais que atendam às especificidades de cada criança.

6 Considerações Finais

A proposta do presente artigo foi trazer considerações acerca da trajetória dos surdos desde a antiguidade até os dias atuais, bem como a história das línguas de sinais até chegarmos à Língua Brasileira de Sinais (Libras) que é usada para a comunicação dos surdos também com pessoas ouvintes. O artigo trouxe propostas de implementação nos currículos escolares à Libras como uma segunda língua no ensino fundamental anos iniciais, de modo a expandir o conhecimento desta língua a todos os discentes com a finalidade de contribuir com a comunicação entre os indivíduos ouvintes e surdos.

Com base nas pesquisas realizadas, podemos concluir que a inclusão da Libras é de suma importância tanto para enriquecer o conhecimento dos alunos quanto para promover a acessibilidade das pessoas surdas na sociedade. Quando as instituições escolares passam a difundir o ensino dessa língua, a inclusão se torna uma realidade na prática, e não apenas uma norma na legislação escolar.

Assim, é evidente a relevância das instituições escolares nesse processo, em que desempenham um papel fundamental. É nesse ambiente que os valores sociais são moldados e contribuem para a formação integral de cidadãos ativos na sociedade. A ação de incluir indivíduos com diferentes tipos de deficiência, seja física, visual ou auditiva, requer a revisão do currículo, incluindo a Libras como segunda língua oficial. Isso é essencial para disseminar o conhecimento de uma segunda língua inclusiva, tanto para a comunicação entre surdos e ouvintes quanto para a promoção da formação contínua de professores e profissionais da área. Isso permitirá que eles agreguem e transmitam de forma mais eficaz o desenvolvimento educacional e social aos seus alunos.

Por fim, ao adotar a disciplina de Libras na educação básica, especificamente no ensino fundamental, anos iniciais, esperamos que os alunos compreendam, aprendam e busquem cada vez mais conhecimento sobre ela. Isso não apenas na escola, mas também fora dela, visto que a Libras é uma língua oficial e natural do Brasil.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 1 set. 2010.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. **Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios.** Revista Espaço Acadêmico, [S. l.], n. 128, p. 63-69, 4 jan. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12974/8511>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa? CRENÇAS E PRECONCEITOS EM TORNO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA REALIDADE SURDA.** 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 57-63, mar/abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

LIMA, Michelle Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. **A função do currículo no contexto escolar.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MARTINS, Pura Lucia Oliver. **Didática.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

VYGOTSKY, L. **A Construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.